REVISTA DESIGN & TECNOLOGIA
ISSN: 2178-1974
2025, Vol. 15, No. 31
DOI 10.23972/det2025iss31pp21-29

PGDESIGN
www.pgdesign.ufrgs.br

Fatores econômicos e socioculturais da institucionalização de cursos superiores públicos de moda na região sul do Brasil

Francisleth P. Battisti[1]; Ademir V. dos Santos (*in memoriam*)[2]

[1] *Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Instituto Federal Catarinense, campus Ibirama, Santa Catarina.*

[2] *Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil (in memoriam).*

RESUMO

A moda pode ser compreendida como um fenômeno social complexo, marcada por suas articulações às dinâmicas do capitalismo e que, consequentemente, estabelece estreitas relações com o mundo do trabalho. Do mesmo modo, as condições históricas de produção nos âmbitos econômico e sociocultural, aliadas aos processos de constituição de conhecimento no campo da Moda, levaram as instituições educacionais a instituírem cursos específicos voltados à formação profissional nessa área de atuação. Este estudo objetiva caracterizar o processo histórico de institucionalização do Ensino Superior público de Moda na região sul do Brasil. Para tanto, a metodologia combina dois procedimentos técnicos, a saber: (i) pesquisa bibliográfica, que utiliza referenciais do campo da moda e da História de Instituições Educacionais; e (ii) pesquisa documental, embasada na coleta de dados do Ministério da Educação e de um corpus formado pelos Projetos Político Pedagógicos de cursos implantados em instituições de Ensino Superior públicas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os resultados apresentam um recenseamento dos cursos de Moda nas instituições de Ensino Superior públicas nos três estados sulistas. Verifica-se que a institucionalização da área teve início em 1996, na Universidade do Estado de Santa Catarina, fortalecida pela criação de cursos congêneres em outras instituições do sul do país no intervalo entre 1997 e 2019. De modo geral, pode-se dizer que a implementação e a institucionalização dos cursos de Moda relacionam-se a fatores econômicos e socioculturais historicamente constituídos em cada um dos estados sulistas, bem como às especificidades do desenvolvimento regional, incluindo as transformações nos setores e arranjos produtivos de cada território. Além disso, a implantação de cursos de Moda abrange tanto as cidades que sediam as instituições de Ensino Superior públicas quanto o seu entorno, uma vez que o desenvolvimento regional envolve a criação e manutenção de instituições educacionais, que desempenham papel fundamental na formação para o mundo do trabalho e no atendimento às demandas de ocupação dos postos de trabalho gerados. A institucionalização dos cursos de Moda na região sul do Brasil pode ser compreendida com base nos processos históricos específicos de cada estado e nas políticas de desenvolvimento regional concebidas desde a década de 1990.

PALAVRAS-CHAVE

Design de Moda;
Instituições Educacionais;
Ensino Superior;
Desenvolvimento Regional.

Economic and socio-cultural factors in the institutionalization of public university fashion courses in southern Brazil

ABSTRACT

Fashion can be understood as a complex social phenomenon, shaped by its ties to capitalist dynamics and, consequently, closely linked to the world of work. Similarly, the historical conditions of production in economic and socio-cultural spheres, along with the processes of knowledge formation in the field of fashion, have led educational institutions to establish specific programs aimed at professional training in this area. This study seeks to characterize the historical process of institutionalizing public higher education in fashion in southern Brazil. Its methodology combines two approaches: (i) a bibliographic review drawing on frameworks from fashion studies and the history of educational institutions; and (ii) documentary research based on data from the Ministry of Education and a corpus comprising the political-pedagogical projects of courses implemented in public higher education institutions in Paraná, Santa Catarina, and Rio Grande do Sul. The results provide a census of fashion courses in public higher education institutions across these three states. The institutionalization of the field began in 1996 at the State University of Santa Catarina and was strengthened by the creation of similar programs in other institutions in southern Brazil between 1997 and 2019. Overall, the implementation and institutionalization of fashion programs are linked to historically constituted economic and socio-cultural factors in each state, as well as to regional development specificities, including transformations in productive sectors and arrangements. Furthermore, the establishment of fashion programs extends beyond the cities hosting public higher education institutions to their surrounding areas, as regional development involves creating and maintaining educational institutions that play a fundamental role in workforce training and meeting employment demands. The institutionalization of fashion courses in southern Brazil can thus be understood as a product of each state's historical processes and regional development policies since the 1990s.

KEYWORDS

Fashion Design;
Educational Institutions;
Higher Education;
Regional Development.

CONTATO: *Francisleth P. Battisti* - frannbattisti@gmail.com.

© 2025 – Revista Design & Tecnologia

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Gatti Júnior (2002), a "história das instituições educacionais" constitui um novo campo temático, nutrido por um movimento de inovação paradigmática, e que vem gerando uma relevante historiografia, cujo objetivo é analisar os processos históricos de criação e atividades das escolas e dos sistemas educacionais. Tais perspectivas teóricas e metodológicas se associam às afirmações de Nosella e Buffa (2009), que ponderam sobre o incremento que as pesquisas sobre as instituições escolares sofreram a partir dos anos 1990.

Do mesmo modo, há um fundamento epistêmico para a história das instituições no balanço historiográfico realizado por Santos e Vechia (2019), o qual sublinha a contribuição das investigações dessa natureza para o rigoroso embasamento de diversos estudos sobre a educação nacional e destaca a (re) construção do sentido social dos vários tipos de escola no Brasil. De modo conexo, ao analisar aspectos da produção historiográfica resultante da "história das instituições educativas" ou "história das instituições escolares", Sanfelice (2007) ressalta que a dedicação a esse campo pressupõe considerar a temporalidade, as condições materiais objetivas e subjetivas do pesquisador e o caminho a escolher, fatores intimamente associados ao levantamento, seleção e crítica das fontes. Complementarmente, o autor ressalta que a composição institucional é complexa e se relaciona com os múltiplos contextos nos quais se insere, do que resulta sua caracterização identitária. Assim, a instituição educacional é a "[...] síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si [...]"(SANFELICE, 2007, p. 77).

Além dos fundamentos epistêmicos arrolados, ressaltamos aspectos metodológicos pertinentes. Ou seja, há que se levar em conta os questionamentos sobre os procedimentos aplicáveis às formas de pesquisar as instituições escolares, assim como a escolha do objeto, definindo-se a natureza da investigação. Quer dizer que o pesquisador deve atentar para a escolha seu objeto do estudo, tendo em vista que pode ser uma unidade educativa específica ou "[...] um conjunto de escolas, como, por exemplo, as instituições de ensino primário ou do ensino técnico de uma determinada época, em uma dada região (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 55).

Ademais, há evidências de que a dedicação à escola como um núcleo de pesquisa impacta no seu revigoramento enquanto instituição essencialmente conectada à formação humana, destacando que ela se mostra como objeto que desperta "[...] o legítimo interesse por pesquisá-la, possibilitando questionar extinções, permanências e transformações no panorama da formação humana" (SANTOS; VECHIA, 2018, p. 262).

Este estudo objetiva apresentar o processo histórico de institucionalização do ensino de moda na região sul do Brasil, considerando o segmento do Ensino Superior público. A metodologia é embasada na conjugação de dois procedimentos. De um lado, constitui-se em pesquisa bibliográfica que utiliza referenciais vinculados à História de Instituições Educacionais e ao campo da moda. Por outro, trata-se de uma pesquisa documental, que tem por base a coleta de dados do Ministério da Educação e dos Projetos Político Pedagógicos dos cursos presenciais em instituições de ensino superiores públicas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O texto está estruturado em quatro partes. Após a introdução, na segunda seção apresentamos um breve panorama sobre a moda e o seu ensino, acrescido de alguns elementos sobre o panorama de institucionalização histórica do Ensino Superior. Depois expomos dados sobre o processo histórico de implantação de cursos de formação em Moda no Brasil. Em seguida nos dedicamos à análise de fatores econômicos e socioculturais relacionados à oferta de cursos de ensino de Moda na região sul. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais.

2. A MODA E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DAS RELAÇÕES ENTRE AS ORIGENS E OS CONTEXTOS

A moda é um fenômeno social complexo, em constante desenvolvimento e atrelado aos movimentos e crises do capitalismo. Porém, ainda há necessidade de perscrutar por seus impactos, tanto na oferta de formação para atuação no campo da moda como nas relações que estabelece com o trabalho humano.

A moda surgiu, aproximadamente, no início do Renascimento, atrelada à expansão mercantil capitalista. De acordo com Svendsen (2010), desde esse seu nascedouro ela não tem um objetivo, porque sua intenção é ser sem fim, criando novas formas *ad infinitum;* a moda é transitória, está sempre na busca por originalidade e se move em ciclos: o que, em certo momento histórico, é visto como "a moda ideal", pode durar apenas por um instante, ou por uma "estação", antes de sua substituição por uma "nova moda".

Já a partir de 1980 ocorreu o surgimento de uma importante estratégia empresarial no mundo da moda, o *fast-fashion,* ou moda rápida, que é adotada em empresas representadas por [...] "pequenos ateliês capazes de realizar a produção muito rapidamente, imitando os produtos mais vendidos de cada estação" (CIETTA, 2010, p.19). O sistema *fast fashion* é a aceleração da cadeia produtiva relacionada à moda, criando uma diferença no ciclo criação/produção/consumo que anteriormente era semestral, mas passou a ser contínuo, com fluxos que podem ser quinzenais (TONIOL; ALBIERI, 2019).

Nesse sentido, Lipovetsky (2016) destaca que a moda exerce poder em nossas sociedades, em particular quando a sedução e a efemeridade foram se tornando nortes da vida coletiva moderna e passaram a agir como elos das relações humanas no seio do capitalismo, um ambiente que se apoia nas atitudes individualistas.

Considerada essa matriz de base econômica, temos que uma das expressões mais tangíveis da moda é sua relação com o vestuário, setor que é caracterizado por sucessivos lançamentos e relançamentos de produtos e serviços.

A moda faz parte de todas as etapas da cadeia têxtil brasileira, desde a criação de cores no desenvolvimento de fios e corantes na indústria química, até os tecidos produzidos considerando as tendências da moda. A capacidade criativa é explorada na indústria de confecção, para que as tendências de moda sejam traduzidas no produto final. Assim, a moda permeia toda a indústria têxtil (TONIOL; ALBIERI, 2019).

Destaca-se em sua base material o mercado têxtil e de confecção, no qual o Brasil é um dos expoentes mundiais, com a maior cadeia produtiva integrada do Ocidente, composta por mais de 100 mil empresas – sendo que 33 mil dessas possuem mais de cinco empregados, com cerca de 1,6 milhão de trabalhadores ao todo, entre os quais 75% atuam no segmento de confecção e encontramos, imprescindivelmente, o designer de Moda (ABIT, 2018).

Destarte, dialogamos com Lipovetsky (2016, p. 13) quando afirma que há a necessidade de investigar a "[...]moda, objeto fútil, fugidio, 'contraditório' por excelência, certamente, mas que, por isso mesmo, deveria estimular ainda mais a razão teórica".

Observa-se que existe uma embrionária institucionalização cognitiva e social do campo de formação em Moda no Brasil, tendo em vista que as instituições de ensino com essa finalidade específica foram implantadas

recentemente e que há um aumento dos cursos de graduação e pós-graduação, o que nutre a produção intelectual e os movimentos de formação de novos pesquisadores (TREVISOL NETO, 2015).

É com base nessa premissa que ratificamos a existência de um espaço emergente para pesquisar as confluências entre a moda tratada no campo acadêmico, com vistas em um processo de institucionalização, e a moda como fenômeno sociocultural e mercadológico. Em particular, esta investigação se calca na propriedade com que a História de Instituições Escolares pode elaborar análises sobre a gênese e as transformações do Ensino Superior de Moda, na medida em que é capaz de gerar uma compreensão dos impactos socioeducativos e econômicos desse processo. Ou seja, propomos uma contribuição embasada pela história da formação de quem pensa, cria e produz moda: os *designers* de Moda.

Consideramos, ainda, as transformações históricas no movimento de conformação do campo do Ensino Superior no país. Cabe sublinhar que até o começo do século XIX, a universidade que atendia a demanda por formação desse nível foi a Universidade de Coimbra, em Portugal, para onde os filhos das elites brasileiras eram enviados, geralmente após preliminar formação em cursos daqueles poucos colégios jesuítas existentes no território brasileiro. Especificamente no século XVIII, esses estudantes cursavam obrigatoriamente um ano no Colégio de Artes de Coimbra, para depois ingressar nos cursos superiores de Medicina, Direito Canônico, Teologia, Direito Civil e Filosofia, sendo que nesse último, com a reforma de 1772, foram incluídas as ciências naturais e físicas. Desta forma, temos que, nos primeiros três séculos da história da nação brasileira, a Universidade de Coimbra formou mais de 2.500 brasileiros (TEIXEIRA, 1989).

Ainda de acordo com Teixeira (1989), foi somente após o denominado período colonial, e como decorrência da chegada da família real portuguesa, que ocorreu em 1808, que foram criadas duas escolas de Medicina, e 20 anos após surgiram as Faculdades de Direito, seguidas pela Faculdade de Minas e Mineralogia; quanto à formação em Engenharia, veio como derivação da Academia Militar. Durante o período monárquico, 42 projetos de universidade foram apresentados, desde o de José Bonifácio até o de Rui Barbosa, em 1882, porém foram negados pelo governo e parlamento (TEIXEIRA, 1989).

Por outro lado, durante o período da República, o estímulo foi dado à criação dos liceus de artes e ofícios e das escolas agrícolas. Durante a era republicana a tônica era a estimulação do ensino técnico-industrial, o governo brasileiro procurou alavancar o desenvolvimento de uma educação utilitária. O pensamento republicano liberal acreditava que a educação não era da competência do Estado, mas sim responsabilidade da sociedade e do indivíduo, minimizando a incumbência pública de regular a atividade privada, o que, no campo educacional, reforçou a tradição dos colégios e escolas particulares. Segundo Teixeira (1989), as instituições privadas autorizadas pelo governo recebiam regalias, sendo que no período entre 1889 e 1918 foram criadas 56 novas unidades de ensino superior, a maior parte privadas, as quais, somadas as 14 existentes no fim do Império, elevaram o número total para 70 (TEIXEIRA, 1989).

Numa breve retrospectiva quanto à origem das primeiras instituições universitárias no Brasil, Teixeira (1989) afirma que uma Universidade surgiu em 1920, no Rio de Janeiro, e em 1927 foi fundada a Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte. *Pari passu*, manteve-se a tradição das escolas superiores profissionais. A revolução de 1930 abriu perspectivas para a mudança social, sendo que em 1931 foi promulgado o Estatuto da Universidade Brasileira, autorizando que uma escola de Letras, Ciências e Educação pudesse substituir uma das três escolas tradicionais (Medicina, Direito e Engenharia) na constituição de uma Universidade. Então, em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo, que agregou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Instituto de Educação. Paralelamente surgiu a Universidade do Distrito Federal, com as Escolas de Economia e Direito, Ciências, Letras, Educação e Instituto de Artes. E, em 1937, a Universidade do Rio de Janeiro foi reorganizada como Universidade do Brasil (TEIXEIRA, 1989).

3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DE MODA NO BRASIL

E é diante desses aspectos históricos contextuais quanto ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil que consideramos, como premissa, que a institucionalização do ensino de Moda no país também teve sua origem tanto nas demandas socioeconômicas e políticas como naquelas transformações associadas. Isto porque há uma resposta aos movimentos do mundo do trabalho na busca por profissionais com um perfil determinado e que, além do conhecimento técnico e científico, possam refletir sobre as lógicas mercadológicas e conjuguem a teoria à prática, vindo a alcançar a inovação ao pensar o *design*. Quer dizer que a criação desses cursos objetivou que a mentalidade empreendedora fosse uma característica marcante, além da difusão de tecnologia e do desenvolvimento sustentável (PULS, ROSA & BATISTELA, 2013).

Porém, ressaltamos que a discussão sobre a denominação e a natureza algo diversa dos cursos de ensino de moda é polêmica. Nesse sentido, apontamos para o fato de que, em 2004, o Ministério da Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em *Design*, sendo que, em 2006, os catálogos dos cursos superiores de tecnologia foram publicados (BRASIL, 2004). Sendo assim, com base no que foi exarado, criou-se uma diferenciação: os bacharelados em moda, que possuíam nomenclaturas diversas, passaram a pertencer à área do *Design*, enquanto os cursos ditos tecnológicos começaram a utilizar o termo *Design* de Moda. E como problematiza Queiroz (2014), mesmo sem a inserção das “escolas de moda” neste enquadramento legal e na ausência de orientações quanto às devidas adaptações curriculares, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) considera tais bacharelados em moda como cursos de *Design*, com a decorrente submissão também às provas de *Design* que integraram o Exame Nacional de Desempenho (ENADE) nos anos seguintes.

Ainda segundo Queiroz (2014), com esse processo de “enquadramento” da moda ao *design*, foi criado um sentimento de exclusão que perdura no imaginário de profissionais do campo, tendo em vista que a comissão que esteve junto ao MEC não foi constituída por representantes eleitos por seus pares; além disso, embora haja cursos que resistam, mantêm a nomenclatura Moda e seguem diretrizes específicas, nota-se maior quantidade de bacharelados inseridos no campo do *design*, contribuindo para o seu *status* de dominância em meio às dinâmicas históricas de institucionalização. Mas também se sublinha que tais disputas e polarizações aconteceram majoritariamente no campo da formação acadêmica, não se percebendo oposições entre estilistas e *designers* nas empresas e nos eventuais debates nos veículos de comunicação. Queiroz (2014) destaca que embora a prevalência dos *designers* não seja percebida nos desfiles, nos meios de comunicação e nas empresas do ramo, há uma estimativa de que no futuro, passada essa fase de transição, o *designer* de objetos do vestuário será o produtor dominante do campo, porque a maioria dos cursos adaptou os seus currículos às diretrizes curriculares do Design.

Por sua vez, Pires (2012) nos traz o fato de que, até a década de 1980, antes da instituição dos cursos superiores de

moda em algumas poucas escolas dispersas pelo território brasileiro, quem desejava aprender sobre o assunto e buscava aperfeiçoamento precisava viajar para o exterior, sendo que os pioneiros a buscar Paris para frequentar escolas de *design* de moda foram Rui Spohr, em 1952, e José Gayegos, em 1971.

Dulci (2020) afirma que o ensino superior em Design de Moda no Brasil iniciou quando surgiram cursos para formar *designers* de moda ou os denominados "estilistas", com uma formação mais abrangente que o ofício de sua origem – o anterior trabalho de "costureiro" – que era caracterizado por uma competência técnica transmitida pela experiência empírica ao longo do tempo. Nesse cenário, foi em 1967 que Eugenie Jeanne Villien acrescentou a primeira disciplina relativa à Moda nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Desenho e Artes Plásticas na Faculdade Santa Marcelina, na cidade de São Paulo: a disciplina versava sobre Desenho de Moda e é considerada a gênese de um primeiro curso superior, que foi implantado 20 anos depois e cujo início efetivo se deu em 1988 (AGUIAR, 2015; PIRES, 2012). Sendo assim, chamamos a atenção para o fato de que a institucionalização dos cursos de Moda teve sua origem atrelada às diretrizes curriculares do ensino superior em Artes.

Portanto, foi na década de 1980, um momento de crescente urbanização e industrialização de diversos setores do mercado nacional, que também foi se estruturando o ensino formal de Moda, com o surgimento dos primeiros cursos técnicos. Parte desses servia para preparar modelistas, que são profissionais responsáveis por projetar e desenvolver a modelagem da roupa criada pelo estilista, considerando a relação de proporção entre o corpo humano, o tecido e a roupa, enquanto outra parcela se dedicava à formação das costureiras (que em absoluta maioria eram mulheres), que são as profissionais responsáveis por unir, costurar as partes que compõe as roupas. Conforme Dulci (2020), em 1988 foi criado, pela iniciativa privada, o primeiro curso superior em Design de Moda, e posteriormente, a partir de 1994, novos cursos superiores em Moda começaram ser implantados em universidades públicas.

Atualmente, segundo os dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (E-MEC) referentes a 2023, existem 33 cursos de Moda em instituições públicas no país (BRASIL, 2024).

De acordo com Bonadio (2007), que fala de uma vertente contemporaneamente denominada como "história do ensino de Moda", houve uma considerável expansão da oferta de cursos superiores nas duas primeiras décadas do século XXI. Mas também ocorreu uma expansão para além do setor público, com o favorecimento da institucionalização no âmbito privado, já que ocorreu o afrouxamento das normativas ao credenciar "[...] cursos superiores, somada ao engessamento do setor público, permitiu uma expansão sem precedentes de cursos, faculdades e universidades particulares por todo o país" (BONADIO; MARINHO; WAJNMAN, 2010, p. 3).

Atrelada a tal processo histórico, verificamos que em 2004 foi homologada, pelo Ministério da Educação (MEC), a Resolução CNE/CES n. 5, Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Design, exatamente a peça da legislação que inseriu a Moda nas diretrizes curriculares do *Design*. Ela afirma que as graduações em *Design* podem constituir especificidades para a formação pretendida, considerando as demandas regionais por perfis próprios, ou seja, aos cursos cabe ofertar "[...] modalidades e linhas de formação específica, para melhor atender às necessidades do perfil profissiográfico" exigido pela região ou mercado; essas Diretrizes também afirmam que o Projeto Pedagógico Curricular dos cursos de graduação em Design deve atender a três eixos de formação: os conteúdos básicos, os específicos e os teórico-práticos; e os denominados conteúdos específicos envolvem "[...] produções artísticas, produção industrial, comunicação visual, interface, modas, vestuários, interiores, paisagismos, design e outras produções artísticas [...]" (BRASIL, 2004, p. 2).

Constatamos que é com base nessas diretrizes que os cursos de graduação em Moda continuam sendo instituídos. Conforme Bonadio (2007), em 2011 eram 126 cursos na área de Moda, sendo que em 2014 foi fundada a Associação Brasileira de Ensino de Moda (ABEModa), por meio da iniciativa de professores e coordenadores de cursos reunidos no 5º Encontro Nacional de Moda (ENEModa). De acordo com Aguiar (2015, p. 8), trata-se de um relevante fator associativista e de legitimação: "A associação foi criada porque se percebe o aumento dos cursos de moda no país, o avanço produtivo e econômico na área e o crescente interesse pela moda". Ainda com base nos dados do Cadastro E-MEC, verificamos que há 189 cursos de graduação denominados como de Moda ou Design de Moda, computados os graus acadêmicos de bacharelado e tecnológico, e que funcionam em instituições públicas ou privadas e na modalidade presencial (BRASIL, 2024).

Também ressaltamos que a demanda do mercado foi determinante para criação de cursos universitários de Moda, fator de institucionalização que deve ser associado ao fenômeno sociocultural de crescente cultura do corpo e da aparência física, e que gera ainda a segmentação do mercado e dos grupos de consumidores e as exigências de uma nova metodologia projetual. A indústria brasileira relacionada à moda sinalizou para a falta de profissionais capacitados para desenvolver o processo criativo, o *design*. Por consequência, alguns setores econômicos voltaram seu olhar para o Ensino Superior.

Conforme Pires (2012), isso vem acontecendo com o objetivo de que a academia sistematize o aprendizado das metodologias da criação, a etapa anterior à produção do vestuário, com o foco de tirar as atividades relativas à moda do amadorismo e de gerar as condições para enfrentar a concorrência externa: sendo assim, as fábricas assumiram a produção do vestuário e a teoria associada aos processos criativos ficou sob a responsabilidade das instituições de Ensino Superior. Eis um dos fatores que sublinham a relevância de entender, em meio à complexidade do cenário econômico e sociocultural brasileiro, o processo histórico de criação de instituições que ofertam cursos cuja finalidade é o ensino de Moda ou do Design de Moda na região sul. É importante explicitar que adotamos a expressão Moda/Design de Moda por existirem cursos que apresentam as duas nomenclaturas. Isto porque, em geral, o termo Moda é utilizado para cursos de bacharelado, enquanto a expressão Design de Moda é aplicada aos cursos tecnológicos. As tensões e disputas referentes à nomenclatura foram expostas com base em Queiroz (2014).

4. O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DE MODA NO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL

Diante do objetivo de caracterizar a institucionalização do ensino público de Moda na região sul do Brasil, utilizamos os dados constantes no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (E-MEC) (BRASIL, 2024). Trata-se de fonte do órgão oficial responsável pela autorização e reconhecimento dos cursos de graduação no país, o Ministério da Educação e Cultura, e que, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mantém estudos e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro, incluindo todas as instituições de Ensino Superior. Dentre os dados selecionamos aqueles que se referem a cada uma das instituições de Ensino Superior pública onde há oferta

de cursos de Moda ou Design de Moda, acrescidos do nome do curso, da localização geográfica, do ano da criação e de oferta da primeira turma, da duração para integralizar o currículo, da quantidade de vagas ofertadas, do grau acadêmico e da carga horária.

O Quadro 1 sistematiza os dados referentes ao estado do Paraná. Verifica-se que, inserida no contexto geral de 189 cursos de Moda existentes, temos uma oferta presencial, tanto em instituições públicas como privadas, que totaliza 17 cursos. Mas evidenciamos que apenas três dos cursos são de caráter público: na Universidade Estadual de Londrina (UEL), na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (BRASIL, 2024).

Quadro 1 – Cursos de Moda no Paraná

Instituição/ Cidade	Nome do curso	Criação	Oferta da primeira turma	Duração/ Vagas	Grau acadêmico	Carga horária
UEL Londrina	Design de Moda	1996	1997	4 anos 30 vagas	Bacharelado	2943h
UEM Cianorte	Moda	2002	2002	4 anos 40 vagas	Bacharelado	3340h
UTFPR Apucarana	Design de Moda	2005	2007	6 semestres 40 vagas	Tecnológico	3000h

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do E-MEC (Brasil, 2024)

Pode-se afirmar que os cursos superiores de Moda ou Design de Moda criados no Ensino Superior público do estado do Paraná estão alojados em instituições educativas que são consideradas referências regionais. E como nos mostra Bonadio (2007), houve uma expansão exponencial da oferta de cursos superiores na região sul nas duas primeiras décadas deste século, já que o primeiro curso foi criado em 1991 na Universidade de Caxias do Sul, que é uma entidade privada, ao que sucedeu a abertura de curso numa instituição pública, a Universidade do Estado de Santa Catarina, em 1993, tudo isso no contexto da década de 1990, em que já funcionavam 26 cursos.

E por que há demanda por um curso de graduação deste tipo em instituições localizadas na porção meridional do país? Em resposta, nossa argumentação dialoga com a configuração histórica do panorama das economias nas distintas regiões do Paraná. Nossas análises demonstram que os cursos de Moda surgiram porque significativa parcela das condições econômicas das cidades do entorno das instituições de Ensino Superior estão alicerçadas no segmento de produção têxtil consolidado. Nesse sentido, cabe destacar que a produção têxtil envolve atividades como produção de fibras, produção de fios, a confecção de fios em tecidos ou malhas. As indústrias de moda se abastecem dessas matérias-primas para a produção de peças do vestuário e de acessórios, principalmente. Já a indústria calçadista no Brasil está majoritariamente vinculada à produção de couro, constituindo outro segmento.

De acordo com Pires (2012), no caso de Cianorte, em que há um curso de Moda ativo desde o ano de 2002, trata-se de município vizinho de Maringá, que sedia a unidade central da Universidade Estadual de Maringá e onde há uma população comprometida com o dinâmico processo de expansão econômica que repercutiu nas instituições educativas; já em Londrina, que abriga um centro de pesquisas e estudos de Moda, em 1998 foi criado o curso de especialização lato sensu em Moda, mediante parceira com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Neste sentido, nossa argumentação dialoga com os estudos de Fajardo e Cunha (2021) sobre o desenvolvimento econômico e as diferenças regionais no Paraná, que indicam que os municípios de Maringá e Londrina dividem a centralidade da porção setentrional do Paraná e que, apesar de serem próximos, se tornaram polos com crescimento econômico e demográfico similar. E especificamente quanto à Maringá, destacamos que a cidade se consorciou à Cianorte para constituir um arranjo produtivo local (APL) formado por confecções que geraram um núcleo da "indústria da moda": Maringá se articulou com a cidade de Cianorte por meio do APL de confecções. Os dois municípios juntos compuseram o maior polo de confecções da indústria da moda no Paraná, essa indústria articula-se também com a região de Campo Mourão (FAJARDO; CUNHA, 2021).

Observemos agora o cenário de institucionalização do ensino de Moda no estado de Santa Catarina. Como dispomos no Quadro 2, dentre os 26 cursos deste tipo, ou seja, de Moda ou Design de Moda, cinco estão em instituições públicas: três sediados em unidades do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), um no Instituto Federal Catarinense (IFC) e outro na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Para analisar os fatores influentes na institucionalização é necessário recorrer novamente à argumentação que se alicerça tanto pelas condições de sua produção nos planos econômico e sociocultural como pelas dinâmicas de geração de conhecimento nesse âmbito, que resultaram na implementação desses cursos específicos para o ensino de Moda.

Ao lançar um olhar sobre os primórdios, Mamigonian e Vidal (2021, p. 69) afirmam que, na época do Brasil Colônia, especificamente por volta do ano de 1755, já existiam 52 teares de linho e algodão na então denominada Freguesia da Lagoa, uma região da atual cidade de Florianópolis, o que nos apresenta os indícios de que a tecelagem manual se desenvolveu [...] "gerando um suprimento suficiente para atender as necessidades locais de panos e tecidos."

Já durante o século XX, ao considerar notadamente alguns dos aspectos históricos de base sociocultural e econômica das indústrias de tessitura e da confecção do vestuário no Brasil, Scoz (2020, p. 151) situa o estado de Santa Catarina mediante uma análise que leva em conta o desenvolvimento regional, indicando que tanto a tecelagem como a produção do vestuário se constituíram como as ocupações industriais principais, uma vez que os incentivos para o desenvolvimento do estado, na década de 1990, possibilitou que a cidade de Blumenau e região "[...] fosse um polo industrial têxtil, disseminando não só a cultura da industrialização, mas também a da produção têxtil e do empreendedorismo".

Quadro 2 – Cursos de Moda em Santa Catarina

Instituição/Cidade	Nome do curso	Criação	Oferta da primeira turma	Duração/ Vagas	Grau acadêmico	Carga Horária
UDESC/Florianópolis	Moda	1993	1996	8 semestres 45 vagas	Bacharelado	3240h
IFC/Ibirama	Design de Moda	2010	2014	6 semestres 30 vagas	Tecnológico	1920h
IFSC/Araranguá	Design de Moda	2014	2015	7 semestres 40 vagas	Tecnológico	2920h
IFSC/Gaspar	Design de Moda	2015	2015	6 semestres 40 vagas	Tecnológico	2000h
IFSC/Jaraguá do Sul	Design de Moda	2019	2019	6 semestres 40 vagas	Tecnológico	1820h

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do E-MEC (Brasil, 2024).

Nesta mesma direção, recorre-se às origens históricas do desenvolvimento do vale do Itajaí-Mirim, que atualmente compreende os municípios de Brusque, Guabiruba, Botuverá e Vidal Ramos. Seyferth (1999, p. 153-154) mostra que a formação econômica local está relacionada à colonização europeia que se deu a partir de 1860, sendo que o final do século XIX demarcou a fase de desenvolvimento caracterizada pelo surgimento da indústria têxtil, o que foi viável, sobretudo, graças à acumulação dos rendimentos da produção agrícola e do capital disponível acumulado nas "vendas" (pequenos estabelecimentos comerciais), componentes de um substrato vital que se uniu à chegada de artesãos na implantação desse tipo de indústria. Nesse sentido, os que conseguiram "[...] instalar este tipo de indústria, contratar operários e, principalmente, garantir o funcionamento da mesma, foram os vendeiros (SEYFERTH, 1999, p. 154).

Nesse sentido, Santa Catarina seguiu a expansão mundial capitalista da economia, que fez com que a confecção de roupa de modo artesanal, de maneira doméstica, ou sob encomenda ao gosto do consumidor, fosse superada pela produção do vestuário em sistema produtivo industrial, feita em série e vendida em centenas de unidades (SANT'ANNA, 2022).

Do mesmo modo, a argumentação é movida pela identificação de outras influências históricas primordiais e que resultaram na organização curricular de um bacharelado em Moda em Santa Catarina. O estudo de Scoz (2020, p. 151) acrescenta que a indústria têxtil catarinense foi incrementada no período entre Guerras: pois a política de substituição das importações do Brasil nesse período [...] "fez a produção industrial brasileira alcançar o auge" e [...] "nesse movimento integrava-se a indústria têxtil catarinense, com polos em Blumenau, Joinville e Brusque".

Temos ainda que o desenvolvimento do polo do vestuário de Florianópolis pode ser associado à capacitação da mão de obra, o que ocorreu quando a Prefeitura Municipal, em convênio com o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), passou a ofertar cursos de mecânico de máquinas, de corte e costura industrial, de estilismo, assim como de modelagem e supervisor de confecções. E é nesse cenário que foi criada, em 1986, a Associação das Indústrias do Vestuário do Aglomerado Urbano da Grande Florianópolis (ASSINVEST), contando com 43 empresários, sendo a maioria de mulheres. (SANT'ANNA, 2022).

Em 1990, em um cenário favorável de consumo de vestuário com valor agregado, a ASSINVEST propôs a criação de um Bacharelado em Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Porém, a instituição não possuía docentes capacitados. Mas logo após, em 1991, foi criado um Curso de Especialização em Desenho Industrial: Estilismo e Modelagem junto ao Centro de Artes, nos quais professores da Educação Artística e Ciências Humanas passaram a atuar, com a oferta de formação para um grupo de empresários provindos da ASSINVEST, em sua maioria do setor da confecção da Grande Florianópolis (SANT'ANNA, 2022).

Além disso, sustentamos que a presença de três cursos de Moda na rede de Institutos Federais de Santa Catarina está relacionada ao papel de qualificação profissional que essas instituições realizam nas comunidades do entorno, em articulação com os arranjos produtivos locais e com impactos na geração de empregos. E ao concordar com a investigação de Soares (2018), consideramos os impactos da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que ocorreu entre 2009 e 2016, assim como a decorrente ampliação da oferta gratuita de educação profissional e tecnológica no interior do país, ratificando a inegável contribuição da formação em nível de Ensino Superior para o desenvolvimento regional.

Estamos apoiados na justificativa de que, em muitos casos, o crescimento socioeconômico de uma determinada região está diretamente conectado ao aumento da qualificação profissional da mão de obra, além de resultar em bem-estar social. Ratificamos o papel dos Institutos Federais como protagonistas das políticas de desenvolvimento regional que trazem resultados por meio da formação profissional oferecida. Ou seja, entendemos que os Institutos Federais, acompanhado de outras instituições da região, trabalham e fomentam a formação tecnológica e profissionalizante em diálogo com os "[...]arranjos produtivos locais, contribuindo para o aumento da admissão ao emprego nos municípios com campus nestes territórios" (SOARES, 2018).

Quanto à institucionalização do ensino de Moda no Rio Grande do Sul, se refere a um processo histórico que resultou na implantação de 15 cursos presenciais, sendo que dois desses

estão vinculados a sistemas de educação pública. Como apresentamos no Quadro 3, um curso funciona no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e outro no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Quadro 3 – Cursos de Moda no Rio Grande do Sul

Instituição/Cidade	Nome do curso	Criação	Oferta da primeira turma	Duração/ Vagas	Grau acadêmico	Carga horária
IFRS/Erechim	Design de Moda	2008	2009	6 semestres 32 vagas	Tecnológico	1899h
IFSul/Pelotas	Design de Moda	2008	2014	6 semestres 25 vagas	Tecnológico	1920h

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do E-MEC (Brasil, 2024).

Para compreender o processo de institucionalização do ensino de Moda no território gaúcho também consideramos análises sobre as políticas de desenvolvimento regional. Após a mudança do regime colonial, o Rio Grande do Sul passou pela valorização da atividade empresarial, o que possibilitou a fundação de 30 sociedades anônimas. O setor mais beneficiado foi o da produção têxtil, com a criação de indústrias capitalizadas, em 1891, as três maiores empresas possuíam 2 mil trabalhadores, caracterizadas como usuárias relevantes de trabalho livre na economia local (CALDEIRA, 2017).

Além dessa herança da indústria têxtil, consideramos aspectos da história de Pelotas, onde foi criado um curso de Design de Moda no ano de 2008, com atividade a partir de 2014. Fato é que, assim como no caso dos municípios de Santa Maria e de Rio Grande, que também se situam na denominada Metade Sul do estado gaúcho, Pelotas é considerado um centro urbano tradicional. Isto porque embora a sua economia fosse alicerçada nos setores agropecuário e agroindustrial, com o passar do tempo a região também se tornou referência no campo do Ensino Superior, funcionando como zona atrativa. Assim, essas regiões se tornaram relevantes em atendimento à saúde e cursos de graduação atraindo moradores de "[...] municípios situados em sua área de influência para a utilização desses serviços e para ocupação dos empregos gerados" (CARGNIN, 2014, p. 105).

Além disso, constatamos que, a partir de 2015, diversos agentes e entidades do Rio Grande do Sul, entre elas instituições de Ensino Superior, foram envolvidos nos denominados Compromissos de Planejamento Regional, um acordo de cooperação estratégico com objetivos de planejamento. Esses compromissos entre o Estado e as regiões, equivaliam a um Plano Plurianual. Seu teor explanava sobre o futuro e as "[...] estratégias da região, a priorização e seleção de projetos para início imediato e a montagem de um sistema de acompanhamento e avaliação para os mesmos." (CARGNIN, 2014, p. 168).

É preciso sublinhar que participaram do Compromisso de Planejamento Regional para a Região Funcional 5 as seguintes instituições de Ensino Superior: Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS), Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) e a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) (Cargnin, 2014). Ou seja, é válido entender que a oferta do curso de Design de Moda no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, instituição pública sediada em Pelotas, foi resultado dos desdobramentos de políticas de planejamento que forneceram substrato para os investimentos formativos no campo educacional.

E quanto à criação do Curso de Design de Moda no Campus Erechim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), é possível contextualizá-la com base no efetivo início das atividades de ensino, que principiou em novembro de 2009. E atentar para o rol de cursos de nível médio e superior que foram paulatinamente sendo ofertados, dentre os quais aparecem os cursos ligados à Moda ou até mesmo ao "Vestuário", considerado como um setor econômico vinculado. Inicialmente foram ofertados quatro cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio, entre eles Vestuário. Em 2013, iniciou o curso superior de Tecnologia em Design de Moda. Em 2015 lançou-se o curso Técnico em Modelagem do Vestuário e, em 2016, o Campus Erechim passou a ofertar o curso Técnico em Produção de Moda (CURSOS, 2024).

É ainda necessário dizer que o município de Erechim é o segundo mais populoso da parte setentrional do Rio Grande do Sul, sendo uma cidade-polo da região do Alto Uruguai e que apresenta um alto Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, agrupando um conjunto de fatores que podem ser associados ao desempenho no segmento educacional. E conforme se acrescenta, a região de Erechim é o polo de uma das "bacias de polarização urbana" do estado, porque apresenta um valor relevante quanto aos indicadores do desenvolvimento regional associados à dimensão social de "polarização educacional do ensino superior" (RIO GRANDE DO SUL, 2006, p. 151-152).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, ao apresentarmos as características da institucionalização do ensino de Moda nos três estados sulinos, podemos afirmar que um dos fatores que se destaca é parametrizado pelas relações entre as políticas de desenvolvimento regional e a demandas pela oferta de cursos de nível superior.

Observamos que os cursos criados antes de 1999 conferem o grau acadêmico de bacharelado, e que foi no decorrer dos anos 2000 que ocorreu a abertura dos cursos tecnológicos. Nesse sentido, como dado adicional que explica essa mudança na natureza dos cursos, sublinhamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, preconiza que os cursos de educação profissional e tecnológica, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, podem se organizar em eixos tecnológicos, e possibilitar a criação de diversos "itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino" (BRASIL, 2024). Também é possível afirmar que a maior quantidade de cursos tecnológicos pode representar a demanda por profissionais práticos que atendam os interesses

do mercado, influenciando na consolidação de um perfil tecnicista no campo de ensino da moda (TREVISOL NETO, 2015).

Notamos, diante da contextualização histórica, que a expansão de cursos superiores de Moda nas duas primeiras décadas do século XXI ocorreu majoritariamente no âmbito privado, em decorrência do engessamento do setor público e o afrouxamento das regras de credenciamento de cursos superiores.

Verificamos que a institucionalização de cursos de Moda é um processo histórico que se vincula a fatores econômicos e socioculturais presentes em cada um dos estados da região sul. Detectamos que a implantação de cursos de Moda conecta tanto as cidades que as sediam como o seu entorno. E isso se explica porque o desenvolvimento regional é um processo que envolve a criação e manutenção de instituições educativas, que se presta à formação de mão de obra e colabora na taxa de ocupação de empregos gerados.

Como conclusão, se reafirma que a institucionalização dos cursos de Moda na região sul do Brasil é compreendida com base na análise dos processos de formação regional que são configurados pela complexidade das relações socioculturais, políticas e econômicas historicamente engendradas. E que, notadamente quanto ao processo de institucionalização em instituições públicas atualmente sediadas em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul, o entendimento das dinâmicas de criação de cursos de ensino de Moda leva em consideração as políticas de desenvolvimento regional implementadas desde a década de 1990 e as relações estabelecidas quanto às finalidades formativas das instituições de Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

1. AGUIAR, Grazyella Cristina Oliveira de. Cursos superiores de Moda no Brasil: regulamentações, evoluções e perspectivas. Anais do 11º Colóquio de Moda – 8ª Edição Internacional / 2º Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Design e Moda. 2015. Disponível em: https://encurtador.com.br/irpj1. Acesso em: 20 ago. 2024.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). O poder da Moda: Cenários, desafios, perspectivas: Agenda de Competitividade da Indústria Têxtil e de Confecção Brasileira 2015 a 2018. Disponível em: https://www.abit.org.br/cont/cartilha-o-poder-da-moda. Acesso em: 20 jul. 2024.
3. BONADIO, Maria Cláudia. Moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920. São Paulo, SP: SENAC, 2007.
4. BONADIO, Maria Cláudia; MARINHO, Maria Gabriela, WAJNMAN, Solange. Apresentação - Dossiê Moda e conhecimento: interfaces com as ciências humanas e a comunicação. Iara: Revista de Moda, Cultura e Arte, São Paulo, v. 3, n. 3, dez. 2010. Disponível em: https://encurtador.com.br/vT6d4. Acesso em: 20 jul. 2024.
5. BRASIL. Ministério da Educação. CNE. Resolução n. 5 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Design, de 8 de março de 2004. Brasília, 8 mar. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces05_04.pdf. Acesso em 08 ago. 2024.
6. BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 ago. 2024.
7. BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC). Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/nova. Acesso 10 abr. 2024. Acesso em: 16 jul. 2024.
8. CALDEIRA, Jorge. História da riqueza no Brasil - 1. ed. - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
9. CARGNIN, Antonio Paulo. Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014.
10. CIETTA, Enrico. *Fast-fashion*: uma oportunidade para as empresas brasileiras? dObra[s]: revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, Vol. 4, Nº. 10, 2010, p. 18-21, 2010. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6277707. Acesso em: 20 ago. 2024.
11. CURSOS. Disponível em: https://ifrs.edu.br/erechim/institucional/historico. Acesso em: 11 jul. 2024.
12. FAJARDO, Sergio; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Paraná: desenvolvimento e diferenças regionais. Ponta Grossa: Atena, 2021.
13. GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educativas: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.) Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 3- 24.
14. LIPOVETSKY, Gilles. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
15. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, VIDAL, Joseane Zimmermann. (org.) História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina / – Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230551. Acesso em: 11 ago. 2024.
16. NOSELLA, Paulo. BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
17. PIRES, Dorotéia Baduy. Design Moda Design de Moda: linha do tempo do ensino no Brasil. Iara: revista de moda, cultura e arte, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 190-203, 2012. Disponível em: http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/wp-content/uploads/2015/01/14_IARA_vol5_n1_Memoria.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.
18. PULS, Lourdes Maria; ROSA, Lucas da; BATISTELA, Kellyn. A moda no âmbito acadêmico. 9°Colóquio de Moda – Fortaleza(CE) – 2013. Disponível em: https://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202013/. Acesso em: 13 ago. 2024.
19. QUEIROZ, Cyntia Tavares Marques de. Construção e legitimação de um campo do saber: O design de moda no Brasil. Revista de Ensino em Artes, Moda e Design, v. 3, n. 2, p. 009-024, 2014. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/download/14902/10077/52209. Acesso em: 08 ago. 2024.
20. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Departamento de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Estratégico. Rumos 2015: estudo

sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SCP, 2006.

21. SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.) Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 75-93.
22. SANT'ANNA, Mara Rúbia. O ensino profissional em Florianópolis: entre cortes, costuras e algumas agulhadas. Revista de Ensino em Artes, Moda e Design, 2022, vol. 7, núm. 1, Novembro-Março. Disponível em: http://portal.amelica.org/ameli/journal/255/2554402009/. Acesso em: 21 ago. 2024.
23. SANTOS, Ademir Valdir dos; VECHIA, Ariclê. As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História Da Educação. Revista Brasileira de História da Educação, 19. DOI: http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e062. Acesso em: 20 jul. 2024.
24. SANTOS, Ademir Valdir dos; VECHIA, Ariclê. A pesquisa sobre instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação (2001-2016). Cadernos de Pesquisa, São Luís, v.25, n.4, out.-dez. 2018.
25. SCOZ, Emanuella. Características e influências de um currículo de Moda de uma Universidade de Santa Catarina. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 21, n. spe, p. 149-166, ago. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052020000300149&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 ago. 2024.
26. SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. 2.ed. Porto Alegre: Movimento, 1999.
27. SOARES, Emerson José. Capital humano e desenvolvimento regional: o papel dos institutos federais para a qualificação profissional nos territórios da cidadania em Santa Catarina no período 2008-2018. 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
28. SVENDSEN, Lars. Moda: uma filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
29. TEIXEIRA, Anísio. Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
30. TONIOL, Ana Paula Nobile; ALBIERI, Sara. A economia criativa e o *fast-fashion* no Brasil: o viés econômico simbólico no consumo de moda em massa. In: COLOMBO, Natalia (org.). Diálogos entre moda, arte e cultura 2. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/dialogos-entre-moda-arte-e-cultura-2. Acesso em: 25 ago. 2024.
31. TREVISOL NETO, Orestes. A institucionalização científica do campo da Moda no Brasil: estudo baseado nas instituições, produtores e produtos científicos. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2015.